



Plano de Desenvolvimento Social do Concelho de Lagoa (2020-2023)



DEZEMBRO 2020

ÍNDICE

1. Introdução	3
2. Diagnóstico-síntese prospetivo: matrizes SWOT	5
EDUCAÇÃO	5
APOIO e AÇÃO SOCIAL	7
SAÚDE	9
ECONOMIA	10
3. Referencial estratégico	11
4. Reforçar soluções para materializar a estratégia: benchmarking	13
5. Rede Social: Parcerias e instrumentos	15
6. Plano de Desenvolvimento Social 2020-2023	20

1. Introdução

Com o término do período de vigência do Plano de Desenvolvimento Social (2016-2019) e dada a desatualização do Diagnóstico Social (datado de 2016), consideram os parceiros que integram o Conselho Local de Ação Social de Lagoa o momento oportuno para no quadro de um processo de consolidação do planeamento estratégico municipal e das oportunidades emergentes associadas ao novo período de programação de apoios comunitários (2021-2027) e à execução do Plano de Recuperação e Resiliência (a executar nos próximos 5 anos), proceder a um exercício de maior amplitude sustentado numa abordagem multidimensional, orientada para responder com eficácia e eficiência à necessidade de executar uma política de intervenção integrada, coerente, operacional, ambiciosa e robusta, que responda por um lado, aos constrangimentos e problemáticas que marcam o Município e, por outro lado, que garanta uma resposta atempada e adequada aos novos problemas gerados pela pandemia de COVID19, que priorize o combate à pobreza e à exclusão social e que concorra, simultaneamente, para o desenvolvimento e progresso social do concelho e para a sua afirmação à escala regional.

A pandemia de Covid-19 que afeta todo o Mundo, Portugal e a Região desde o primeiro trimestre de 2020 constitui o fenómeno mais disruptivo da economia global desde a Segunda Guerra Mundial, não sendo ainda certas a duração e extensão das suas consequências. Como tal, a elaboração de instrumentos de planeamento estratégico está neste momento sujeita a uma incerteza acrescida, que obrigatoriamente tem de ser considerada. Sendo certo que se trata de uma crise global e transversal, os seus efeitos são assimétricos na medida em que afetarão mais negativamente determinados países, territórios, grupos sociais e sectores de atividades, enquanto abrem oportunidades para outros.

A crise sanitária, social e económica gerada pela pandemia da doença COVID-19, em resultado da aceleração de tendências, deve ser uma das principais linhas de intervenção a prosseguir, nos próximos anos, na Região do Algarve e, em particular, no Município de Lagoa.

A crise desencadeada pela pandemia da COVID-19 implicou a necessidade de a UE apresentar um Plano de Recuperação para a Europa. A Comissão propõe a utilização de um orçamento comunitário reforçado para ajudar a reparar os danos económicos e sociais imediatos provocados pela pandemia de coronavírus, dar início à recuperação e preparar um futuro melhor para a próxima geração. Para mobilizar os investimentos necessários, a Comissão apresenta uma resposta dupla: i. O Next Generation EU para reforçar o orçamento da UE com novos financiamentos conseguidos nos mercados financeiros para 2021-2024; ii. O reforço do orçamento de longo prazo da União Europeia para 2021-2027.

O Next Generation EU de 750 mil milhões de euros, bem como o reforço orientado para o orçamento de longo prazo da UE para 2021-2027, elevarão o total do poder financeiro do orçamento da UE a 1,85 biliões de euros. Deste pacote, Portugal poderá beneficiar

PLANO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL DE LAGOA (2020-2023)

de 54 mil milhões de Euros – o maior volume de investimento comunitário de sempre no País.

No quadro dos instrumentos de apoio europeus para o próximo período de programação destaca-se também o futuro Programa InvestEU (2021-2027). Este programa baseia-se no modelo do Plano de Investimento para a Europa, notabilizado como o Plano Juncker. O Programa InvestEU reunirá, sob um só instrumento, o Fundo Europeu de Investimentos Estratégicos e 13 instrumentos financeiros da UE atualmente disponíveis. Desencadeando pelo menos 650 mil milhões de euros em investimentos adicionais, o Programa pretende dar um impulso adicional ao investimento, à inovação e à criação de emprego na Europa. O Fundo InvestEU apoiará quatro áreas políticas principais: infraestruturas sustentáveis; investigação, inovação e digitalização; pequenas e médias empresas; e investimento social e competências.

O quadro de referência estratégico, de suporte a muitas opções de resposta a desenhar nos próximos anos integradas nestes instrumentos de apoio financeiro europeus, integra a Carta Social (2016), o Diagnóstico Social (2020) e o Plano de Desenvolvimento Social (2020-2023).

O presente documento, denominado Plano de Desenvolvimento Social (PDS 2020-2023), surge na continuidade do trabalho até agora desenvolvido na Rede Social no Concelho de Lagoa e no seguimento dos anteriores Planos de Desenvolvimento Sociais, nomeadamente do anterior (2016-2019), garantindo um processo de continuidade, mas com uma ambição redobrada.

A parceria da Rede Social incita a um planeamento estratégico, que deverá ser transversal ao conjunto de áreas de intervenção e abarcar zonas territoriais delimitadas, como o Concelho e as Freguesias. Por outro lado, a parceria, que se pretende cada vez mais efetiva e dinâmica, deverá articular a intervenção social dos diferentes atores locais e gerar um processo de desenvolvimento, sustentado, sobretudo, na conceção e desenvolvimento de projetos de ação articulados, contrariando a multiplicação de ações isoladas (muitas vezes concorrentes).

A partir do Diagnóstico Social (2020) e da execução anual do anterior Plano de Desenvolvimento Social (2016-2019) foi construído o presente Plano de Desenvolvimento Social (2020-2023), com vista à intervenção sobre os problemas considerados prioritários (muitos resultantes da problemáticas geradas no contexto da pandemia de COVID-19 ou exacerbados pela crise sanitária, social e económica associada), constituindo-se um instrumento de estratégia de desenvolvimento social local assente em novas dinâmicas de cooperação/parceria.

Em termos de operacionalização efetiva, o PDS apenas começará a ser executado em 2021, servindo o ano base do período (2020) para a atualização dos instrumentos que compõem o quadro de referência estratégico de desenvolvimento social, nomeadamente do Diagnóstico Social 2020, e para a conclusão de algumas iniciativas e ações estabelecidas em sede do PDS de 2016-2019, que foram muito condicionadas pelos efeitos diretos, indiretos da pandemia.

2. Diagnóstico-síntese prospetivo: matrizes SWOT

EDUCAÇÃO

Pontos Fortes	Pontos Fracos
<ol style="list-style-type: none"> Existência de diversos equipamentos públicos e privados, cobrindo todos os níveis de ensino. Taxa bruta de pre-escolarização bastante relevante e com uma evolução bastante positiva (93,7% em 2014; 114,3%, em 2018). Existência de oferta específica para jovens com insucesso escolar e em risco de abandono escolar. Existência de programas de promoção do sucesso escolar e desenvolvimento de competências pessoais e sociais promotoras de inclusão social. Projetos de prevenção de comportamentos de risco. Existência de Serviços de Psicologia e Orientação nas Escolas. Sinalização precoce de situações de risco e articulação das entidades de primeira linha com a CPCJ. Existência de Serviço Escola Segura, ligado à GNR de Silves, que abrange as escolas do concelho. Existência de atividades de tempos livres. Boa cobertura das Freguesias ao nível de IPSS, permitindo, em termos de pré-escolar complementar a oferta pública e garantir uma elevada cobertura para as crianças, entre os 3 e os 5 anos. 	<ol style="list-style-type: none"> O grupo dos 0-14 anos continua a registar uma perda importante (-5,8%, entre 2012 e 2014; -1,5% entre 2016 e 2018). Elevada propensão para o abandono / desistência escolar, embora com uma progressão positiva assinalável nos últimos anos (a taxa de retenção e desistência no ensino básico de 12,7%, em 2014, e 5,5%, em 2018). Níveis de insucesso / retenção escolar, embora com uma trajetória descendente consistente. Inexistência / Insuficiente acompanhamento dos Encarregados de Educação no percurso educativo dos filhos. Desadequação do Sistema Educativo para lidar com alunos com problemas comportamentais / disciplinares / emocionais. Baixas expectativas dos jovens relativamente ao prosseguimento de estudos e sua relevância para o futuro. Dificuldade da família em garantir as suas funções básicas (sobrevivência, proteção, afeto, confiança, segurança). Fracas competências pessoais, sociais e parentais. Comportamentos delinquentes / marginalidade. Baixas qualificações / competências profissionais. Desajustamento / Desadequação entre a oferta de ensino / formação e as necessidades do mercado de trabalho. Fraca participação comunitária e cívica por parte dos cidadãos. Falta de recursos dos serviços técnicos especializados na avaliação e acompanhamento dos alunos e das famílias Insuficiência de atividades de tempos livres gratuitas. Insuficiência de recursos tecnológicos de apoio às aprendizagens, nos estabelecimentos educativos.

PLANO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL DE LAGOA (2020-2023)

Oportunidades	Ameaças
<ol style="list-style-type: none"> 1. Desenvolvimento de uma política nacional de combate ao insucesso escolar, com respetivas oportunidades de financiamento comunitário. 2. Aposta do Estado e do Município de Lagoa numa maior conciliação entre a vida familiar e profissional. 3. Progressiva aposta nacional na articulação entre a escola e a comunidade. 4. Acréscimo importante da população estrangeira a quem foi concedido título de residência, sobretudo jovens casais, com elevada formação e qualificação. 5. Recuperação da taxa de natalidade e fecundidade concelhia. 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Alterações frequentes na política educativa. 2. Reduzido financiamento para a contratação de recursos humanos, apesar da recente aposta na contratação de assistentes operacionais. 3. Desmotivação da comunidade educativa face à realidade nacional atual. 4. Tendência crescente para o aumento das situações de ruturas familiares. 5. Insuficiência de recursos humanos e outros técnicos para acompanhamento às famílias. 6. Falta de expectativas e projetos de vida nos jovens em risco. 7. Agravamento das desigualdades de aprendizagem, como resultado do acesso diferenciado a meios e recursos tecnológicos, em contexto de pandemia (anos letivos de 2019-2020 e 2020-2021), com impacte nos futuros resultados e no sucesso escolar.

APOIO e AÇÃO SOCIAL

Potencialidades/Forças	Estrangulamentos/Fraquezas
<ol style="list-style-type: none"> Existência de ERPI no concelho de Lagoa, permitindo a institucionalização de uma importante procura local. Existência, embora insuficiente, de serviços de apoio domiciliário, permitindo aos utentes manter-se na sua zona de conforto/esfera de relações de proximidade. Existência de uma Unidade de Cuidados Continuados Integrados de Longa Duração / Manutenção de Estômbar. Apoio do Município de Lagoa à maioria das instituições que acompanham utentes do concelho. Existência e atividades desenvolvidas pelo Gabinete de Intervenção Social. Existência e atividades desenvolvidas pelos 6 gabinetes de apoio social de proximidade integrados. Existência de apoios concedidos no âmbito do Cartão LagoaSocial. Diversas instituições com serviços de apoio aos idosos. Existência de uma equipa de Intervenção Precoce na Infância. Protocolos com a APAV e com a DECO. Existência de resposta à deficiência, disponibilizada pela APEXA. Presença de vários organismos públicos com serviços de apoio aos idosos. Existência de atividades de convívio social / ateliers. Presença da Universidade Sénior, com elevada procura. Presença do CLAIM, com progressiva importância no processo de integração de migrantes. Oferta de creche subsidiada (com acordos de cooperação com a Segurança Social) em todas as freguesias do concelho, procurando dar resposta às famílias de estratos socioeconómicos mais baixos e intermédios. Serviços e horários ajustados às necessidades das famílias, facilitando a conciliação entre a vida familiar e a atividade profissional. Proximidade do local de residência-creche e/ou creche-trabalho. Instituições do concelho disponíveis para apoiar a população imigrante dentro dos serviços que dispõem e importância crescente do apoio do Alto Comissariado para as Migrações. Apoios sociais atribuídos pelo Município de Lagoa no âmbito do Fundo de Emergência Social (FES). 	<ol style="list-style-type: none"> Índice de envelhecimento tem vindo paulatinamente a agravar-se (143,6%, em 2018). Insuficiência de equipamentos para algumas respostas. Dificuldades financeiras das entidades para avançar com novos equipamentos/respostas sociais. Inexistência de instituições de acolhimento para portadores de deficiência no concelho. Insuficiente número de vagas em ERPI. Inexistência de um local de acolhimento temporário para receber casos sociais de Lagoa e, potencialmente, de outros concelhos limítrofes. Apoio Domiciliário insuficiente (não-lucrativo) para abranger todas as zonas geográficas do concelho. Isolamento social voluntário. Insuficiente articulação entre as instituições do concelho no sentido de gerirem de forma eficiente as vagas existentes. Colocação das crianças em creches fora do concelho, onde os pais trabalham, por lacunas existentes no local de residência. Necessidade de uma resposta de intervenção integrada das Associações e IPSS. Falta de apoio técnico nos equipamentos públicos e privados. Apesar da redução de casos identificados como sem abrigo, ainda persistem em número significativo. Maior pressão e dificuldades acrescidas sobre as entidades, em contexto de pandemia (desde março de 2020), pela impossibilidade de apoio e acompanhamento familiar dos utentes em várias respostas.

PLANO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL DE LAGOA (2020-2023)

Oportunidades	Ameaças
<ol style="list-style-type: none"> 1. Possibilidade de acordos com a Segurança Social nos termos da legislação em vigor. 2. Apoios específicos do Portugal 2020 e, seguramente no âmbito do Portugal 2021-2027 para criação de respostas, serviços e soluções inovadoras, bem como para a criação/reabilitação de equipamentos (o concelho de Lagoa encontra-se identificado como prioridade 2 nas respostas sociais destinadas às pessoas idosas, no mapeamento do MTSSS), dando suporte financeiro às oportunidades a gerar pela 3ª geração do Programa de Alargamento da Rede de Equipamentos Sociais. 3. Valorização da formação, enquanto instrumento de qualificação das instituições, nomeadamente em Gestão da Qualidade. 4. Realização de candidaturas a financiamento (pe. Avisos de Concurso ao Programa PARES 3.0 para reforço da capacidade de resposta, relativamente aos equipamentos estrutura residencial para pessoas idosas, serviço de apoio domiciliário, centro de dia). 5. Cursos de integração aos imigrantes promovidos pelo IEFPP. 6. Existência de seis Gabinetes Sociais de Proximidade (GASP) no Concelho que facilitam a articulação entre cidadãos e serviços públicos e privados de apoio social. 7. Consciencialização das dificuldades em superar abordagens assistencialistas no combate à pobreza e à exclusão social sem abordagens multidimensionais integradas. 8. Crescimento da atividade turística, com a afirmação em mercados alternativos e reinvenção nos mercados tradicionais, geradora de emprego. 9. Programas de apoio público que permitem uma atuação de proximidade às comunidades. 10. Linha de apoio para sinalização de idosos em risco. 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Envelhecimento populacional. 2. Indisponibilidade por parte da família para prestar apoio e voluntariado, agravado no contexto de pandemia (com impactes a prazo, potencialmente na confiança e disponibilidade). 3. Atual conjuntura económica e social em que o país e a região se encontra (desemprego, baixos rendimentos, encerramento de empresas), como resultado da pandemia, mas com impactes fortes a médio prazo. 4. Necessidade de reforçar a sinalização de casos de isolamento social existentes no concelho. 5. Desemprego de um ou mais membros das famílias, que conduz à retirada das crianças das creches. 6. Contexto económico regressivo com um crescimento ou manutenção dos elevados níveis de desemprego, empobrecimento dos indivíduos e famílias e aumento das situações de rutura social (agravados no contexto da pandemia). 7. Tendência de aumento do insucesso e abandono escolares. 8. Diminuição das prestações sociais do Estado para as famílias. 9. Empobrecimento generalizado das famílias com impactes negativos significativos nos padrões de qualidade de vida.

SAÚDE

Potencialidades/Forças	Estrangulamentos/Fraquezas
<ol style="list-style-type: none"> 1. Indicadores de saúde (macro) bastante favoráveis quando comparados aos registados na Região Algarve e no Continente. 2. Existência da UCC D'Algoa. 3. Existência do Polo de Lagoa da equipa GASMI (grupo de apoio à saúde mental infantil); 4. Existência dos Núcleos de Crianças e Jovens em Risco; 5. Existência do grupo regional da violência /criação de site; 6. Existência de Equipas de Intervenção Precoce na Infância; 7. Protocolo ARSA, IP/CML – GAPAF/AMA. 8. Importância do Município em garantir, junto das entidades competentes, a prestação de melhores cuidados médicos no concelho. 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Indicadores associados aos recursos humanos de apoio à saúde são insatisfatórios, comparativamente aos existentes no Algarve e no Continente (3,3 médicos/1000 habitantes, quando a média do Algarve é de 4,1/1000 habitantes). 2. Embora diminuto, ainda persistem situações de utentes que não tem um médico de família atribuído. 3. Inexistência de recolha sistemática de indicadores, bem como a sua compilação ao nível local e regional (dependências e deficiência); 4. Inexistência de Pedopsiquiatria e insuficiência de respostas no que respeita à psiquiatria/psicologia no Barlavento (setor público); 5. Recursos humanos insuficientes nas equipas de intervenção da saúde mental infantil e juvenil; 6. Centralização da Unidade de Terapia familiar, em Faro. 7. Reduzida articulação, estabelecimento de parcerias e conjugação de esforços entre as entidades tuteladas por diferentes ministérios (saúde e segurança social)
Oportunidades	Ameaças
<ol style="list-style-type: none"> 1. Consolidação dos ACES; 2. Criação de Observatórios na Unidade de Saúde Pública; 3. Alargamento da intervenção de equipas multidisciplinares às entidades comunitárias por problemática; 4. Plano Nacional de Saúde Mental; 5. Protocolos no âmbito da Intenção Precoce com a IPSS Amigos dos Pequenininos; 6. Protocolos no âmbito da saúde mental com D. Estefânia; 7. Contratualização de prestação de serviços médicos e de enfermagem com empresas; 8. Protocolo com autarquia local para apoio domiciliário em saúde. 9. Potencial de consolidação das articulações e relações de proximidade estabelecidas atualmente, em contexto de pandemia, pelas entidades de saúde e as entidades da segurança social, incluindo as IPSS. 10. Existência do Plano Local de Saúde do Barlavento. 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Iniquidade na distribuição dos recursos técnicos e humanos na região algarvia. 2. Dificuldades de contratação de recursos locais. 3. Dificuldade de mobilizar/atrain voluntários para apoio específico aos utentes acamados, situação agravada em contexto de pandemia e com impactes potenciais a prazo em termos de confiança e disponibilidade. 4. Inexistência de um Plano Municipal de Saúde.

ECONOMIA

Potencialidades/Forças	Estrangulamentos/Fraquezas
<ol style="list-style-type: none"> 1. Importância que as micro e pequenas empresas possuem no tecido empresarial local. 2. Cerca de 87,9% dos TCO laboram em atividades do setor terciário. 3. 1/3 dos TCO possui o 3º ciclo do ensino, sendo igualmente relevante a proporção de trabalhadores com o ensino secundário (27%). 4. Existência do Programa Municipal de Apoio ao arrendamento para famílias carenciadas. 5. Atribuição de Habitação Social para arrendamento de fogos devolutos do parque habitacional do Município (privilegiando pessoas carenciadas). 6. Existência do Programa Fundo de Emergência Social. 7. Existência e atividades desenvolvidas pelo Gabinete de Inserção Profissional. 8. Criação do Gabinete de Apoio ao Trabalhador. 9. Investimento do município de Lagoa para projetos de habitação em regime de renda apoiada. 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Dificuldade de ultrapassar um certo enraizamento do modo de vida assente no subsídio - dependência. 2. Elevado nível de desemprego sazonal, agravado pelo contexto de pandemia e com impacte a prazo (encerramento de empresas e de unidades hoteleiras). 3. Falta de articulação entre escolas/entidades formadoras e o tecido empresarial local. 4. Dificuldade no acesso à habitação para agregados familiares com recursos económicos baixos face à oferta imobiliária onde residem. 5. Trabalho precário: sazonalidade. 6. Utilização das Medidas Sociais de Emprego (CEI) para suprir necessidades de recursos humanos efetivas. 7. Baixa qualificação dos desempregados. 8. Crescimento dos casos de pobreza escondida e aumento pela procura de bens alimentares e roupas. 9. Insuficiência de apoios específicos para indivíduos séniores isolados.
Oportunidades	Ameaças
<ol style="list-style-type: none"> 1. Acréscimo bastante importante da população estrangeira a quem foi concedido título de residência. 2. Proximidade geográfica com o Centro de Emprego e Formação Profissional de Portimão. 3. Oportunidades de financiamento no quadro dos instrumentos de apoio comunitário a desenhar até 2030, para a criação e modernização do tecido empresarial, com reflexos na criação de emprego. 	<ol style="list-style-type: none"> 1. As disparidades no ganho médio mensal por sexo e por atividade económica têm vindo a acentuar-se. 2. Elevado valor das rendas de habitação. 3. Dificuldades orçamentais do setor público que dificulta a implementação de medidas de apoio social. 4. Dificuldade de geração de emprego qualificado e de remuneração elevada, em termos nacionais, com reflexos localmente. 5. Dificuldades de contratação de pessoal qualificado.

3. Referencial estratégico

O Desenvolvimento Social constitui uma dimensão fundamental, pela sua importância no processo de desenvolvimento local, na qualificação e valorização dos aglomerados, no estreitar de desigualdades, no espriar da qualidade de vida pela generalidade da população lagoense e na promoção da coesão territorial e social, relevando o acesso dos diferentes grupos sociais às diversas tipologias morfológicas de equipamentos e respostas sociais (infância, idosos, família e comunidade, entre outros).

Neste quadro, o modelo de desenvolvimento social preconizado apresenta como característica marcante o facto de assumir um enfoque multiobjetivo e multidimensional. Esta abordagem está em coerência com o facto deste ser um exercício de planeamento de âmbito territorial e por assumir o desenvolvimento integrado como um vetor decisivo.

Crescentemente presente no quadro das políticas públicas, o desenvolvimento social assume-se como um pensamento estratégico, não só preocupado em responder às necessidades do presente, prestando atenção aos fatores de coesão, como também em assegurar que não é comprometida a capacidade de satisfazer as necessidades das gerações futuras. Acresce a emergência de novos desafios e problemáticas, como resultado direto da pandemia COVID-19, que importa responder no curto prazo, pelo forte impacte que assumirão na qualidade de vida e bem estar dos lagoenses.

Por conseguinte, a estratégia deve privilegiar, de forma integrada, diversas dimensões do desenvolvimento, embora a visão estratégica deva estar suportada principalmente na solidariedade e na inclusão, criando um quadro de oportunidades de vida e de conforto social, para comunidades, atualmente, em elevado risco de pobreza e exclusão. Esta visão deverá ser suportada pelos instrumentos de política, mas também pela rede social, pela comunidade e pelas famílias. Neste âmbito, a visão concede grande importância à criação de condições propícias à melhoria da qualidade de vida.

O contexto da pandemia de Covid-19 e as suas consequências sociais e económicas constituem um fenómeno disruptivo do desenvolvimento socioeconómico do país, do Algarve e do Município de Lagoa, cujo impacte em alguns domínios tenderá, a curto, médio e longo prazo, a acelerar ou regredir diversas tendências de evolução que vinham a marcar estes territórios nos últimos anos.

No caso do Algarve e do Município de Lagoa, no curto prazo (até 2023), algumas dimensões sociais e económicas serão especialmente afetadas pelas implicações regionais da pandemia. Neste quadro, a atividade turística, de forte especialização regional/municipal, em termos de emprego, sofrerá um forte impacte e desaceleração, gerando o encerramento de empresas, redução do emprego e, potencialmente, fenómenos de pobreza e exclusão social.

Neste quadro, será fundamental equacionar projetos que permitam, por exemplo:

- i) reforçar o trabalho multidisciplinar e de proximidade junto da população excluída e em risco de exclusão;
- ii) incentivar o desenvolvimento de iniciativas de inovação social de promoção da participação social;

PLANO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL DE LAGOA (2020-2023)

iii) capacitar as entidades de economia social como entidades integradoras de grupos desfavorecidos e mais vulneráveis aos efeitos da pandemia COVID-19.

Acresce que será decisivo contributo da expansão e qualificação da rede de equipamentos e respostas sociais, para a concretização de um modelo de ordenamento territorial sustentável que reforce as centralidades urbanas do concelho conferindo-lhes um maior protagonismo funcional, mas que simultaneamente concorra para reforçar a centralidade e protagonismo do Município de Lagoa à escala regional. Aumentar o grau de centralidade do concelho de Lagoa no contexto regional, passa em larga medida pela da criação de equipamentos e serviços com um maior nível de especialização.

Visão Estratégica
Lagoa 2030: Uma comunidade solidária e inclusiva, um concelho aprazível para crescer e envelhecer, dotado de uma qualificada e especializada rede de equipamentos e respostas sociais.

4. Reforçar soluções para materializar a estratégia: *benchmarking*

Alcoutim ainda + solidário	
Incidência Territorial	Concelho de Alcoutim
Entidade Promotora	Câmara Municipal de Alcoutim
Contextualização	<p>O Programa centra-se na disponibilização de um serviço de apoio gratuito ao domicílio, a pessoas com dificuldades financeiras, idosos e portadores de deficiência física.</p> <p>Os serviços passam por resolver pequenos trabalhos domésticos, nomeadamente substituição de lâmpadas, arranjo de interruptores e tomadas elétricas; arranjo de torneiras e canalizações entupidas; serviços de carpintaria; sintonização de televisões e resolução de pequenas avarias; e em deslocação de móveis ou colocação de quadros na parede.</p> <p>A ajuda é solicitada através do telefone, com chamada igualmente gratuita.</p>
Lições de Experiência	<p>Numa sociedade onde o fenómeno do envelhecimento, do abandono e exclusão familiar assumem contornos cada vez mais preocupantes e marcantes, emerge a necessidade de assegurar cuidados personalizados a um conjunto de pessoas que <i>per sí</i> seriam incapazes de sobreviver com as mínimas condições de qualidade e bem-estar.</p> <p>Perante a falta de apoio familiar e as dificuldades económicas dos idosos e portadores de deficiência física, e de modo a reduzirem-se os níveis de isolamento psicossocial da população idosa e valorizar o papel da pessoa idosa enquanto cidadão ativo, esta tipologia de projeto apresenta um elevado grau de priorização.</p>

AIDA: Integrated Home Care for the Elderly - (Assistência domiciliária integrada aos Idosos)	
Incidência Territorial	Cidade de Bolonha, Itália
Entidade Promotora	Município de Bolonha e a ACLI (Associação dos italianos católicos trabalhadores)
Contextualização	<p>Projeto em desenvolvimento na cidade de Bolonha, em Itália, teve início em 1998, através de um acordo entre o município e a ACLI (Associação dos Italianos Católicos Trabalhadores). O financiamento, repartido, é assegurado igualmente pela CARISBO Bank Foundation (parceiro responsável pela gestão do projeto numa área-piloto da cidade). O número médio anual de utentes abrangidos ronda os 2.000 (1.966 - ano 2000; 1.933 - ano 2009).</p> <p>O projeto visa promover a intervenção integrada ao domicílio de pessoas com idades superior a 65 anos ou incapacitadas com mais de 50 anos. Possui níveis de intervenção diferenciados, consoante a necessidade de cuidados por parte da pessoa assistida. Num primeiro nível de intervenção são efetuados cuidados de saúde básicos, através de uma enfermeira e da assistente social (AIDA 1); num segundo nível, quando o utente tem necessidade de cuidados mais intensivos, onde se assegura a disponibilização de diversos serviços de saúde ao domicílio (AIDA 2 e 3).</p> <p>Os serviços são financiados, em parte, pelos promotores, cabendo o restante financiamento ao utente do serviço, com exceção dos que estejam abrangidos pelo AIDA 2 e 3, que têm direito a utilizar o serviço gratuitamente, num período máximo de 40 dias. Para além de cuidados de saúde, o projeto contempla, igualmente, a assistência/o apoio na prossecução de várias atividades em que o utente necessite de ajuda, nomeadamente limpeza da casa, aquisição de bens e/ou preparação de refeições. O projeto tem vindo, gradualmente, a aumentar a oferta e qualidade de serviços disponibilizados aos idosos e, em consequência, atingindo um bom nível de satisfação dos utentes.</p>
Lições de Experiência	<p>Nos países desenvolvidos, observa-se uma progressiva desvalorização da institucionalização dos indivíduos a favor do desenvolvimento do apoio domiciliário, sustentada na constatação de um maior conforto e bem-estar físico e psicológico dos indivíduos pela permanência nas suas residências.</p> <p>Promover a qualificação e diversificação dos serviços prestados à população idosa e dependente, promovendo uma lógica de integração de serviços e atividades, num contexto marcado pelo elevar dos padrões de exigência e qualidade pelo utente, deve assumir uma crescente relevância no futuro. O desenvolvimento de ações e cuidados pluridisciplinares, flexíveis, abrangentes e articulados, de apoio social, mas simultaneamente de saúde, a prestar no domicílio, assume um especial significado numa perspetiva de manutenção da população idosa nas suas habitações, em detrimento da sua institucionalização.</p>

PLANO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL DE LAGOA (2020-2023)

Metodologias de apoio a minorias étnicas	
Incidência Territorial	Concelho de Cascais
Entidade Promotora	Câmara Municipal de Cascais
Contextualização	<p>O concelho de Cascais, à semelhança do observado na generalidade dos concelhos do país, apresenta uma incipiente intervenção direcionada especificamente para as minorias étnicas. Acresce um contexto nacional marcado pela promoção da integração social da comunidade cigana na sociedade portuguesa, potenciado pela existência da Estratégia Nacional para a Integração das Comunidades Ciganas 2013-2020, em vigor, e pelo projeto-piloto dos Planos Locais para a Integração das Comunidades Ciganas, dirigido a municípios e comunidades locais. Esta última iniciativa, promovida pelo Alto Comissariado para as Migrações, pretende “promover a intervenção local e a participação democrática das comunidades ciganas, promover parcerias para desenhar e implementar estratégias de aproximação entre as comunidades ciganas e a sociedade maioritária, apoiar a conceção de 10 Planos Locais para a Integração das Comunidades Ciganas e conceber um Guia para a elaboração de Planos Locais, que possa ser disseminado a outros municípios após o fim do projeto” (ACM).</p> <p>Neste quadro, o Município está a desenvolver respostas sociais, transversais a todos os domínios de intervenção, que sejam tendencialmente universais e sensíveis às minorias étnicas. Para além disso encontra-se a desenvolver metodologias de intervenção e cariz cultural, como a mediação cultural, estratégia essencial no reforço da integração das comunidades mais vulneráveis, como é o caso das pessoas de etnia cigana.</p>
Lições de Experiência	<p>São cada vez mais as entidades públicas e privadas sem fins lucrativos, que se propõem intervir no desenvolvimento dos princípios orientadores estabelecidos na Estratégia Nacional para a Integração das Comunidades Ciganas (ENICC) e que priorizam a intervenção junto das comunidades ciganas.</p> <p>São cada vez em maior número as atividades desenvolvidas que assumem como objetivos promover uma cidadania inclusiva e de não discriminação, reforçar a intervenção em mediação intercultural, promover a igualdade entre homens e mulheres nas medidas de integração de pessoas ciganas, garantir condições efetivas de acesso à educação, sucesso educativo e aprendizagem ao longo da vida de pessoas ciganas e garantir as condições para uma participação plena e igualitária de pessoas ciganas no mercado de trabalho e na atividade profissional.</p>

Projeto piloto para reinserção de ex-reclusos	
Incidência Territorial	Concelho de Santo Tirso
Entidade Promotora	Câmara Municipal de Santo Tirso
Contextualização	<p>O Ministério da Justiça, através da Direção-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais, e o Município de Santo Tirso estão a desenvolver um Projeto Piloto Municipal de Acompanhamento na reinserção de Ex-Reclusos e Medidas de Execução na Comunidade.</p> <p>O Projeto centra-se no apoio aos ex-reclusos residentes no Concelho de Santo Tirso no processo de transição do meio prisional para o contexto de meio livre, procurando desenvolver atividades e iniciativas que concorram para a prevenção da reincidência e que potenciem a reinserção social, familiar e profissional (autonomização progressiva, num ambiente protegido) A dotação de competências pessoais e sociais para uma efetiva reintegração, são algumas das intervenções-chave a desenvolver.</p>
Lições de Experiência	<p>O apoio a ex-reclusos no período crítico que representa os primeiros anos de regresso à liberdade, desenvolvendo um conjunto de atividades e iniciativas de reintegração social e de prevenção da reincidência no crime, com foco nas dimensões da habitação, do emprego, da formação profissional, da saúde e da segurança social, são fundamentais na estratégia a prosseguir.</p> <p>A disponibilização de espaços habitacionais, para ex-reclusos, tem sido apontada como uma boa experiência de reinserção social destes cidadãos, com impacto direto na redução dos custos sociais do crime e da sua reincidência a prazo.</p>

5. Rede Social: Parcerias e instrumentos

Face à necessidade de criar uma política social, integrada e coerente, orientada para a potenciação e eficácia das intervenções a desenvolver, em 1997, é criado o conceito de Rede Social, enquadrado legalmente pela Resolução do Conselho de Ministros (RCM) nº 197/97, de 18 de novembro, e posteriormente retificado através do Decreto-Lei 115/2006.

Assumindo como base de sustentação a necessidade imperiosa de estreitar e promover articulações entre as prioridades globais/nacionais e as especificidades locais, incentivar a cooperação e concertação entre entidades públicas e privadas, promover a territorialização da intervenção social, rentabilizar as práticas e estruturas de solidariedade existentes e enfatizar a importância cada vez maior do setor social, a Rede Social visa a criação de um fórum de articulação e congregação de esforços, baseado na adesão livre por parte das autarquias e das entidades públicas ou privadas sem fins lucrativos que nele queiram participar. Neste quadro, assume-se como uma medida de política social que reconhece e incentiva a atuação das redes de solidariedade local no combate à pobreza e à exclusão social e na promoção do desenvolvimento social, tendo em vista a criação de oportunidades de inserção social e profissional das populações em situação de desfavorecimento.

Após uma fase piloto de auscultação e concertação entre atores, nomeadamente entre autarquias e os seus parceiros sociais, ao abrigo do Despacho Normativo nº 8/2002, de 12 de fevereiro, é criado o “Programa de Apoio à Implementação da Rede Social”, que assumia como principal objetivo o apoio financeiro à implementação da Rede em cada Município, contribuindo para a concretização dos objetivos, ações e projetos prioritários delineados no domínio social.

Atendendo às vantagens da constituição de uma Rede Social no concelho, o Município de Lagoa apresentou em 2004 uma candidatura ao Programa de Apoio à Implementação da Rede Social com o objetivo de potenciar e alargar as parcerias existentes no âmbito da promoção do desenvolvimento social, concluída com sucesso a 30 de setembro de 2006 com uma participação ativa dos parceiros sociais locais.

A Rede Social teve a sua génese com a criação do Conselho Local de Ação Social (CLAS) (Regulamento Interno do Conselho Local de Ação Social de Lagoa, aprovado na Sessão Plenária de 30-11-2006 - Aprovada alteração ao artigo 19º na Sessão Plenária do dia 4 de julho de 2008). O CLAS tem sido responsável, no âmbito das suas competências e

PLANO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL DE LAGOA (2020-2023)

atribuições, pela elaboração dos instrumentos de enquadramento e suporte à decisão: Diagnósticos Sociais e Planos de Desenvolvimento Social.

Mediante as abordagens, conclusões e considerações elencadas no Diagnóstico Social 2016, o último Plano de Desenvolvimento Social (2016-2019) desenvolveu-se segundo três Eixos e diversos objetivos gerais:

Eixo 1. Organização, capacitação e interação institucionais

- ✓ Consolidar o Sistema de Informação e Comunicação da Rede Social de Lagoa;
- ✓ Melhorar o conhecimento sobre a realidade concelhia;
- ✓ Otimizar a comunidade e as instituições;
- ✓ Criar/Estimular estruturas de participação local e de promoção da interculturalidade.

Eixo 2. Cidadania ativa e integração social de população em situação de vulnerabilidade

- ✓ Promover o aumento das competências parentais e familiares;
- ✓ Diminuir as situações de violência doméstica;
- ✓ Promover a integração social e laboral da população imigrante;
- ✓ Promover o aumento da escolaridade e da qualificação profissional da população ativa;
- ✓ Promover o aumento da participação cívica da população sénior;
- ✓ Melhorar a empregabilidade dos jovens e comunidades desfavorecidas;
- ✓ Otimizar a intervenção em saúde.

Eixo 3. Rede de equipamentos e serviços

- ✓ Criar novas respostas sociais;
- ✓ Melhorar a cobertura de respostas sociais existentes;
- ✓ Qualificar a oferta de equipamentos e serviços;
- ✓ Reduzir o isolamento da população idosa;
- ✓ Criar condições para que os jovens do concelho ocupem os seus tempos livres de forma saudável.

O balanço da sua implementação é bastante positivo, no quadro em que a esmagadora maioria das ações e atividades preconizadas foi executada (conforme expresso nos Planos de Execução Anual). Dada a pertinência e atualidade das dimensões-problema e das estratégias definidas (comprovada em sede de Diagnóstico Social 2020), o Plano de Desenvolvimento Social (2020-2023), acompanha, consolidando e ampliando, a estrutura base do instrumento anterior, e procura maximizar sinergias para uma abordagem mais integrada e integradora na resposta à crise social e económica gerada pela pandemia COVID-19 e cujos impactes no curto prazo serão muito significativos.

No quadro do diagnóstico social e da visão estratégica preconizada é decisivo conceber um programa de ação ambicioso e tecnicamente sustentado, que responda de forma adequada e atempada à política de desenvolvimento municipal em curso, cujas múltiplas dimensões de intervenção pública concorrem para um cenário prospetivo de afirmação de Lagoa à escala regional, sustentada na atração e fixação de jovens, na criação de emprego e na geração e distribuição de riqueza, como forma de integração social de populações desfavorecidas.

Não obstante, deve salvaguardar-se, no âmbito do Eixo 3, que independentemente da pertinência da criação de novas respostas ou novos lugares nas respostas sociais (conforme expresso seguidamente), do âmbito da Segurança Social, a celebração de acordo de Cooperação ficará condicionada à dotação orçamental anualmente aprovada, bem como as prioridades definidas, tendo por base, por um lado, a utilização eficiente dos serviços e dos equipamentos sociais, a eliminação de sobreposições e, por outro, as lacunas de atuação e assimetrias na disposição geográfica dos recursos envolvidos.

PLANO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL DE LAGOA (2020-2023)

Deve sublinhar-se que à data (2020), o Mapeamento dos Investimentos em Infraestruturas Sociais elaborado pelo Gabinete de Estratégia e Planeamento do Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, de acordo com a deliberação relativa às “Intervenções condicionadas a Mapeamento” da CIC Portugal 2020, de 26 de março de 2015, o concelho de Lagoa não se encontra priorizado na resposta social “creche” e encontra-se priorizado com prioridade 2, nas respostas sociais destinadas às pessoas idosas. Releve-se ainda que o distrito de Faro apresenta a segunda taxa de cobertura mais baixa do Continente, nas respostas sociais destinadas às pessoas com deficiência e incapacidade, sendo claramente assumida como uma dimensão prioritária de investimento.

	Respostas destinadas a Pessoas idosas	Centro de dia	ERPI
Concelho de Lagoa	Prioridade 2	Prioridade 2	Prioridade 3

Uma vez que o presente ciclo de apoios comunitários está em fase final de aprovações (até dezembro de 2020), deverão em breve ser revistas as prioridades e os exercícios de mapeamento realizados anteriormente e que servirão de suporte aos investimentos no período 2014-2020.

Assim, em função do Diagnóstico Social realizado (2020) e do presente Plano de Desenvolvimento Social (2020-2023), os diversos parceiros que integram a Rede Social local, com especial destaque para o Município e a Direção Regional da Segurança Social, deverão desenvolver esforços no sentido de promover a integração das prioridades municipais, de garantir uma resposta adequada e proporcional aos seus desafios e necessidades, nos diversos instrumentos que venham a ser desenhados (mapeamento dos investimentos públicos em infraestruturas sociais, objetivos específicos do PO regional,...).

A visão estratégica preconizada para Lagoa assenta na operacionalização de um conjunto de projetos e respostas, diagnosticados como pertinentes e fundamentais para a política municipal multidimensional de atração e fixação de residentes e emprego (concorrendo para afirmar Lagoa no panorama regional) e de inclusão e integração social de populações vulneráveis, sendo fundamental dar-lhe o enquadramento necessário nesses instrumentos de financiamento a criar.

PLANO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL DE LAGOA (2020-2023)

Por outro lado, é fundamental dar suporte programática a potenciais iniciativas a desenvolver por privados. É fundamental que qualquer investidor que procure desenvolver projetos estruturantes/respostas sociais no concelho (existem diversas pretensões de investimento de base lucrativa, no concelho), possa estar resguardado/enquadrado pelos instrumentos de referência municipal que suportam os processos de avaliação, concorrendo para a valorização das candidaturas em sede de potenciais acessos a fontes de financiamento nacionais e comunitárias. Neste quadro, em função do diagnóstico e da visão estratégica preconizada, assume-se da maior relevância que o PDS possa permitir acomodar e dar cobertura às iniciativas sociais com especial importância para a execução de uma política municipal, coerente integrada, de desenvolvimento sustentado do concelho de Lagoa.

6. Plano de Desenvolvimento Social 2020-2023

Eixo 1. Organização, capacitação e interação institucionais

Eixo	Objetivo Geral	Objetivo Específico	Estratégias	Metas	Indicadores
Eixo 1. Organização, capacitação e interação institucionais	1.1 Consolidar o Sistema de Informação e Comunicação da Rede Social de Lagoa	1.1.1 Melhorar o processo de divulgação das atividades da Rede Social de Lagoa.	<ul style="list-style-type: none"> - Sensibilizar as entidades parceiras para a importância da partilha de informação. - Rentabilizar os canais de comunicação formais já existentes e criar novos. - Promover uma circulação ágil de informação. 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Elaborar, semestralmente, uma <i>newsletter</i> eletrónica da Rede 2. Atualizar regulamente a informação da Rede Social na página do Facebook do Município 	<ol style="list-style-type: none"> 1. N.º de newsletters elaboradas anualmente 2. N.º de atividades da Rede Social divulgadas por <i>mailing list</i> da Rede Social
	1.2 Melhorar o conhecimento sobre a realidade concelhia.	1.2.1. Aumentar, de forma eficaz, o nível de comunicação entre as entidades parceiras e a comunidade local	- Permitir que as instituições e a comunidade tenham acesso permanente e atualizado relativamente aos equipamentos e serviços existentes no Concelho.	<ol style="list-style-type: none"> 1. Em 2023, atualizar os dados do Diagnóstico Social de Lagoa. 2. Anualmente, atualizar os dados do Guia Lagoa Social. 	1. Criar um sistema de atualização de informação do concelho
	1.3 Otimizar a comunidade e as instituições.	1.3.1. Melhorar a capacitação e qualificação na gestão e comunicação	- Fomentar a divulgação e comunicação online pelas instituições	1. Criação até ao final de 2023 de <i>websites</i> institucionais por todas as entidades da Rede Social	N.º de websites criados
	1.4. Criar/Estimular estruturas de participação local e de promoção da interculturalidade	1.4.1. Organizar o Fórum da Rede Social	- Reforçar a rede de parcerias locais.	1. Continuar a realizar, bianualmente, o Fórum da Rede Social de Lagoa com a colaboração das parcerias locais.	<ol style="list-style-type: none"> 1. Realização da iniciativa; 2. N.º de parceiros locais envolvidos; 3. N.º de participantes
		1.4.2. Organizar uma iniciativa para promoção e divulgação do trabalho de solidariedade desenvolvido pelas	- Organizar um evento de Solidariedade.	1. Anualmente ser organizado o evento da Solidariedade em colaboração com as entidades do Concelho (pe. Feira Social e de Empreendedorismo)	<ol style="list-style-type: none"> 1. Realização da iniciativa; 2. N.º de entidades participantes.

PLANO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL DE LAGOA (2020-2023)

Eixo	Objetivo Geral	Objetivo Específico	Estratégias	Metas	Indicadores
		entidades locais.			
		1.4.3. Reforçar a integração e serviços de apoio à população imigrante	- Aumentar os conhecimentos dos técnicos e população em geral sobre a temática da interculturalidade.	Até final de 2023 desenvolver 4 ações de formação em diferentes módulos associados à temática da cidadania e interculturalidade destinados aos técnicos de intervenção social e população em geral.	- Nº de ações de formação desenvolvidas; - Nº de participantes.

Eixo 2. Cidadania ativa e integração social de comunidades desfavorecidas

Eixo	Objetivo Geral	Objetivo Específico	Estratégias	Metas	Indicadores
Eixo 2 – Cidadania ativa e integração social de população em situação de vulnerabilidade	2.1 - Promover o aumento das competências parentais e familiares.	2.1.1 Realizar ações de promoção de competências parentais.	- Apostar na formação parental, recorrendo à capacitação entre pares. - Promover competências nas famílias que lhes permitam melhorar o acompanhamento das crianças.	1. Realizar, até final de 2023, 8 ações de formação/promoção de competências parentais (pe. cursos de preparação para o nascimento e para a parentalidade e recuperação pós parto)	1. N.º de ações de formação 2. N.º de participantes nas ações de formação
		2.1.3. Combater o absentismo e prevenção do abandono escolar.	- Reforçar o acesso e as condições de suporte à educação - Reforçar a articulação e trabalho em rede entre as entidades com intervenção na área da promoção das competências parentais - Divulgar serviços na área da preparação para a parentalidade existentes no concelho.	1. Realizar até 2023, 4 ações de sensibilização que contribuam para a redução da taxa de retenção e desistência 2. Realizar, até 2023, 4 ações associadas a apoio tutorial específico nos Agrupamentos de Escolas, com o objetivo de prevenir o abandono, absentismo e indisciplina 3. Garantir a continuidade do projeto EPIS (empresários para a inclusão social), nos diversos Agrupamentos de Escolas do concelho	1. Evolução da taxa de retenção e desistência (2020-2023) 2. Evolução da taxa de conclusão no ensino secundário (2020-2023)
	2.2 - Diminuir as situações de violência doméstica.	2.2.1. Realizar ações de sensibilização no âmbito da prevenção da violência doméstica.	- Divulgar os serviços de apoio à vítima que operam no concelho. - Sensibilizar entidades e comunidade para a igualdade de género e prevenção da violência	1. Realizar, até ao final de 2023, 8 ações de sensibilização no âmbito da prevenção da violência doméstica.	1. N.º de ações de sensibilização 2. N.º de participantes nas ações de sensibilização
		2.3 - Promover a integração social e laboral da população imigrante.	2.3.1 Reforçar a estrutura de apoio ao imigrante.	- Estabelecer contactos com a comunidade imigrante residente no concelho para a sua organização interna.	Até ao final de 2023, aumentar os apoios/serviços prestados na estrutura de apoio ao migrante (CLAIM de Lagoa).
	2.3.2 Promover a		- Criar meios facilitadores da	Até ao final de 2023 encaminhar de	1. N.º de participantes

PLANO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL DE LAGOA (2020-2023)

Eixo	Objetivo Geral	Objetivo Específico	Estratégias	Metas	Indicadores
		participação dos imigrantes em cursos de língua portuguesa para imigrantes.	integração sociocultural dos imigrantes - Melhorar as condições de integração no mercado de trabalho dos imigrantes	Imigrantes para cursos de língua portuguesa	2. N.º de certificações
		2.3.4. Facilitar a integração dos cidadãos estrangeiros no mercado de trabalho.		Até ao final de 2023, realizar 4 ações de divulgação de oportunidades de emprego/ empreendedorismo para imigrantes.	1. N.º de ações realizadas 2. N.º de participantes nas ações 3. N.º de encaminhamentos para sessões coletivas do GIP Lagoa e do IEFP 4. N.º de encaminhamentos para o projeto "Promoção do Empreendedorismo Imigrante" e para reuniões de apoio à criação de negócio no CNAIM Faro
		2.3.5. Promover a inserção social dos cidadãos estrangeiros na comunidade local.		Promover a participação dos cidadãos imigrantes em 5 atividades culturais do Concelho, nomeadamente nos eventos de carácter lúdico-desportivo promovidos pelas coletividades.	1. N.º de atividades realizadas 2. N.º de participantes nas atividades
				Promover a realização anual da iniciativa - Família do Lado	1. N.º de iniciativas 2. N.º de famílias aderentes
	2.4 - Promover o regresso e a integração social e laboral da população emigrante.	2.4.1 Promover o apoio aos munícipes que tenham estado emigrados, que se encontrem em vias de regresso ou que ainda residam nos países de acolhimento	- Estabelecer contactos com a comunidade emigrante lagoense residente noutros países. - Criar meios facilitadores do regresso dos emigrantes - Criar condições de integração social e laboral dos emigrantes	Até ao final de 2023, ter desenvolvido 20 contactos com população emigrada que queira voltar ao concelho	1. N.º de contactos realizados
				Até ao final de 2023, ter desenvolvido um guião de respostas a questões inerentes ao regresso e reinserção em todas as suas vertentes: social,	1. Execução de um pequeno guia de respostas 2. N.º de emigrantes apoiados em matérias da competência da Câmara Municipal: licenciamento de

PLANO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL DE LAGOA (2020-2023)

Eixo	Objetivo Geral	Objetivo Específico	Estratégias	Metas	Indicadores
				jurídica, económica, investimento, emprego, estudos, entre outras	obras, licenciamento para comércio ou indústria, projetos.
	2.5. Promover o aumento da escolaridade e da qualificação profissional da população ativa.	2.5.1. Realizar ações de formação modular certificada, destinadas a desempregados do concelho.	<ul style="list-style-type: none"> - Apostar numa divulgação mais eficaz da oferta formativa e superior. - Apostar na partilha de informação entre entidades. - Aumentar as competências sócio-funcionais dos cidadãos. 	1. Até ao final de 2023, realizar 6 ações de formação modular certificada, destinadas a desempregados do concelho.	<ul style="list-style-type: none"> 1. N.º de ações realizadas 2. N.º de participantes nas ações
		2.5.2. Aumentar a qualificação da mão-de-obra no Concelho.		<ul style="list-style-type: none"> 1. Até ao final de 2023, promover 4 ações de divulgação de medidas de apoio ao emprego e à formação profissional 2. Até ao final de 2023, aumentar o número de bolsas de estudo (licenciatura) atribuídas pelo Município 	<ul style="list-style-type: none"> 1. N.º de ações realizadas 2. N.º de participantes nas ações 3. N.º de apresentações de desempregados a ofertas de emprego pelo GIP. 4. N.º de encaminhamentos para o Qualifica 5. N.º de bolsas de estudo atribuídas
	2.6. Promover o aumento da participação cívica da população sénior.	2.6.1 Realizar atividades de promoção do envelhecimento ativo junto da população.	<ul style="list-style-type: none"> - Divulgar e desenvolver ações que fomentem a atividade e o bem-estar da população sénior 	1. Até final de 2023 realizar 10 atividades de promoção do envelhecimento ativo junto da população.	<ul style="list-style-type: none"> 1. N.º de atividades realizadas 2. N.º de participantes nas atividades 3. N.º de participantes nas classes regulares de Ginástica (+55) 4. N.º de participantes nas Olimpíadas seniores
	2.7 Melhorar a empregabilidade dos jovens e comunidades desfavorecidas	2.7.1 Melhorar as competências de empregabilidade dos jovens em idade ativa.	<ul style="list-style-type: none"> - Promover a empregabilidade dos jovens com menos de 25 anos 	1. Até ao final de 2023, melhorar os níveis de empregabilidade dos jovens em idade ativa	<ul style="list-style-type: none"> 1. Evolução da população empregada, no grupo 20-25 anos 2. N.º de Cursos de Educação e Formação (CEF) realizados 3. N.º de alunos nos Cursos de Educação e Formação (CEF)
		2.7.2. Realizar sessões de informação sobre a criação do próprio emprego	<ul style="list-style-type: none"> - Promover o empreendedorismo nas Comunidades Desfavorecidas. - Apostar na divulgação dos procedimentos 	Realizar 6 sessões de informação sobre a criação do próprio emprego, até ao final de 2023	<ul style="list-style-type: none"> 1. N.º de sessões realizadas 2. N.º de participantes nas sessões 3. N.º de atendimentos no Balcão do

PLANO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL DE LAGOA (2020-2023)

Eixo	Objetivo Geral	Objetivo Específico	Estratégias	Metas	Indicadores
			necessários à criação do próprio emprego.		Empreendedorismo da CMLagoa
	2.8. Otimizar a intervenção em saúde.	2.8.1. Intensificar a promoção de medidas de promoção da saúde/ Promoção da prevenção de comportamentos de risco no concelho de Lagoa.	<ul style="list-style-type: none"> - Potenciar a capacitação dos formadores formais e informais em cuidados de saúde; - Aumentar as competências pessoais para a adoção de estilos de vida saudáveis/prevenção de comportamentos de risco; - Divulgar programas e serviços de saúde às várias entidades do concelho e comunidade em geral. 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Aumentar em 50% a formação dos cuidadores formais e informais; 2. Intensificar em 20% a intervenção na comunidade sobre competências pessoais na adoção de estilos de vida saudáveis /prevenção de comportamentos de risco. 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Número de IPSS envolvidas; 2. Número e designação de projetos/ações desenvolvidas nas áreas de promoção de estilos de vida saudável e prevenção de comportamentos de risco; 3. N.º de participantes nas ações desenvolvidas.
	2.9. Integração social das minorias étnicas.	2.9.1 Intensificar a intervenção direcionada especificamente para as minorias étnicas	<ul style="list-style-type: none"> - Promover uma cidadania inclusiva e de não discriminação, reforçar a intervenção em mediação intercultural, promover a igualdade entre homens e mulheres nas medidas de integração da comunidade cigana - Aumentar as condições efetivas de acesso à educação, sucesso educativo e aprendizagem ao longo da vida de pessoas da comunidade cigana - Melhorar as condições para uma participação plena e igualitária de pessoas da comunidade cigana no mercado de trabalho e na atividade profissional 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Criar um plano específico de acolhimento e integração social das pessoas da comunidade cigana no concelho 2. Até ao final de 2023, melhorar os níveis de empregabilidade da população da comunidade cigana 3. Realizar até 2023, 4 ações de sensibilização que contribuam para a redução da taxa de abandono e retenção de crianças da comunidade cigana 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Elaborar o plano específico de acolhimento e integração social das pessoas da comunidade cigana 2. Evolução da população empregada da comunidade cigana, no concelho 3. N.º de ações de sensibilização realizadas; 4. N.º de participantes nas ações de sensibilização
	2.10. Integração social de reclusos e ex-reclusos	2.10.1. Melhorar a resposta/intervenção direcionada especificamente para reclusos e ex-reclusos	<ul style="list-style-type: none"> - Promover o acompanhamento na reinserção de ex-reclusos - Executar medidas de integração social na Comunidade - Promover a integração e articulação de programas de apoio e de inserção social de ex-reclusos 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Até ao final de 2023, desenvolver planos e programas específicos de encaminhamento de ex-reclusos para oportunidades de emprego/ empreendedorismo 2. Desenvolver projetos-piloto de apoio a 3 famílias com reclusos/ex-reclusos no agregado familiar 	<ol style="list-style-type: none"> 1. N.º de ações de sensibilização e encaminhamento de ex-reclusos para o mercado de trabalho (inserção profissional) 2. N.º de famílias apoiadas

Eixo 3. Rede de equipamentos e serviços

Eixo	Objetivo Geral	Objetivo Específico	Estratégias	Metas	Indicadores
Eixo 3. Rede de equipamento s e serviços	3.1. Criar novas respostas sociais	3.1.1. Diversificar a oferta de equipamento s e respostas sociais no concelho	- Criar respostas sociais e melhorar a cobertura das respostas existentes, nomeadament e para crianças e idosos. - Diversificar, personalizar e qualificar os serviços disponibilizado s e torar mais atrativas as respostas	1. Criar um Lar de Infância e Juventude 2. Criar um Lar Residencial (pessoas com deficiência) 3. Criar/disponibilizar espaços habitacionais, para ex-reclusos 4. Criar um espaço/edifício para a Academia Cultural Sénior, permitindo ampliar/diversificar as atividades a desenvolver 5. Ampliar a gama de serviços disponibilizados e tornar mais personalizado o SAD da SCM Lagoa (diurno e noturno; cuidadores/fisioterapeut as ao domicílio) 6. Criar uma Cantina Social, em Lagoa.	1. N.º de lares de infância e juventude construídos 2. N.º de lares residenciais para pessoas com deficiência construídos 3. N.º de fogos disponibilizados para ex-reclusos 5. N.º de frequentadores da Academia Cultural Sénior 6. N.º de utentes da cantina social 7. N.º de crianças em berçário
		3.1.2. Aumentar o grau de centralidade do concelho de Lagoa no contexto regional, através da criação de equipamento s e serviços com um maior nível de especialização		1. Criar um Lar Residencial (pessoas com problemas de saúde mental) 2. Criar um Lar Residencial (pessoas com demência) 3. Criar um Apartamento de Reinserção Social, em Lagoa	1. N.º de lares residenciais para pessoas com problemas de saúde mental construídos 2. N.º de lares residenciais para pessoas com demência 3. N.º de Apartamento de Reinserção Social construídos
	3.2. Melhorar a cobertura de respostas sociais existentes	3.2.1. Elevar os níveis de resposta nos domínios que denotem fragilidades atualmente ou que se estime a sua ocorrência no futuro em resultado das projeções de		1. Criar um Lar de Idosos/Residência Sénior, no concelho de Lagoa 2. Criar um Jardim-de-infância, em Estômbar e em Ferragudo 3. Criar um Berçário, em Porches 4. Ampliar a resposta de berçário em todo o concelho 4. Criar um Espaço Jovem, no concelho	1. N.º de creches, JI e berçários construídos no concelho 2. N.º de Lares e Centros de Dia construídos 3. N. de freguesias com resposta SAD ampliada

PLANO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL DE LAGOA (2020-2023)

Eixo	Objetivo Geral	Objetivo Específico	Estratégias	Metas	Indicadores
		evolução dos públicos-alvo		5. Criar um Centro de Dia, que contemple espaço dormitório (pernoita de idosos com enfermidades) 6. Ampliar a resposta SAD, na União de Freguesias de Lagoa e Carvoeiro e em Ferragudo 7. Criar a resposta SAD, em Porches 8. Criar a resposta SAD, na União de Freguesias de Estômbar Parchal 9. Ampliar o ERPI, em Porches 10. Criar um ERPI no concelho, que fomente o trabalho em comunidade (integrando hortas, jardins,...) e estimule o convívio intergeracional 11. Ampliar a resposta de Centro de Dia no concelho de Lagoa, sobretudo na cidade Lagoa 12. Criar Centros de dia, em Porches, no Parchal e em Carvoeiro.	
	3.3. Qualificar a oferta de equipamentos e serviços	3.3.1. Melhorar as condições humanas, operacionais e de funcionamento dos equipamentos e respostas sociais	- Contribuir para o incremento dos níveis de qualidade do serviço prestado ao cidadão	1. Realizar o levantamento dos problemas de conservação, de segurança e desempenho térmico dos equipamentos sociais 2. Reabilitar 3 Equipamentos com problemas de conservação 3. Melhorar as condições de conforto térmico/reabilitação térmica em 5 equipamentos existentes 4. Criar o Observatório Social Local 5. Criar um Gabinete de Acompanhamento Psicológico e Tratamento Oncológico 6. Criar uma loja para doentes oncológicos 7. Criar um Espaço de Apoio aos doentes com Parkinson	1. Nº de equipamentos com problemas de conservação intervencionados 2. N.º de equipamentos em que se melhoraram as condições de conforto térmico 3. N.º de espaços criados para apoios específicos (tratamento oncológico, doença de Parkinson, Alzheimer e demência)

PLANO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL DE LAGOA (2020-2023)

Eixo	Objetivo Geral	Objetivo Específico	Estratégias	Metas	Indicadores
				<p>8. Criar um gabinete de acompanhamento da pessoa portadora de doenças, como Alzheimer e demência</p> <p>9. Criar uma estrutura residencial para acolher crianças e jovens na área da saúde mental</p> <p>10. Criar um espaço de apoio específico para as crianças e jovens com problemas oncológicos.</p>	
	3.4. Reduzir o isolamento da população idosa	3.4.1. Diminuir as situações de isolamento e pobreza dos estratos etários mais avançados.	- Contribuir para a qualificação dos serviços de apoio aos idosos isolados	<p>1. Implementar um Programa de Apoio ao Domicílio Integrado (diurno e noturno; cuidadores/fisioterapeutas ao domicílio)</p> <p>2. Reforçar as vantagens do Cartão Social do Município.</p> <p>3. Reforçar a otimização dos serviços de saúde para o aumento das competências do cuidar e do auto cuidar.</p>	<p>1. N.º de beneficiários do Programa de Apoio ao Domicílio Integrado</p> <p>2. N.º de beneficiários do Cartão Social do Município</p> <p>3. Número de intervenções realizadas pelos serviços de saúde.</p>
	3.5 Criar condições para que os jovens do concelho ocupem os seus tempos livres de forma saudável.	3.5.1. Dinamizar e potenciar a participação ativa dos jovens nas atividades das instituições.	- Sensibilizar as entidades com intervenção nas áreas do desporto, educação, cultura e recreação, para criarem condições para que os jovens a partir dos 11 anos continuem a participar ativamente em atividades direcionadas aos seus interesses.	Até ao final de 2023, dinamizar 8 atividades centradas na participação ativa dos jovens nas instituições.	<p>1. N.º de atividades executadas</p> <p>2. N.º de participantes</p>
3.5.2. Incentivar a prática desportiva.		Até ao final de 2023, dinamizar 8 atividades/eventos de prática desportiva.		<p>1. N.º de atividades executadas</p> <p>2. N.º de participantes</p>	
3.5.3 Possibilitar novas experiências à população jovem.		Até ao final de 2023, dinamizar 8 atividades/eventos associados a novas experiências (população jovem).		<p>1. N.º de atividades executadas</p> <p>2. N.º de participantes</p>	